



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

IURY DIAS DE LIMA

IDOSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: Uma revisão sobre percepções sociais e Serviço de
Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Icó - CE

2021

IURY DIAS DE LIMA

IDOSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: Uma revisão sobre percepções sociais e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Monografia submetida à disciplina de TCC II, do Curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Dr.^a Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

IURY DIAS DE LIMA

IDOSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: Uma revisão sobre percepções sociais e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Monografia aprovada em ____/____/_____, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco
Orientador(a)

Prof.^o Esp. Maxwell Fontes Teixeira
Avaliador(a)

Prof.^a Esp. Najara Oliveira Silva
Avaliador(a)

Icó – CE

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e minha fé que me ajudou a refletir durante os momentos desesperadores e difíceis dessa longa caminhada.

Agradeço aos meus familiares, em especial meus Pais que constantemente demonstraram interesse no andamento do curso, que se sacrificaram para me proporcionar o estudo e qualidade de vida não me faltando nada ou nenhuma necessidade. Obrigado por tudo que tem feito.

Aos meus colegas de turma em específico Damião e Venício, que me auxiliaram em muitos momentos e proporcionaram muitos questionamentos nos trabalhos em grupo e nos estágios. Além é claro de serem companheiros nos momentos difíceis e compartilharem suas angústias e felicidades.

Aos demais colegas da turma que não citei diretamente, muito obrigado pelo convívio responsável, pela compreensão do coletivo diante das adversidades, e pelo respeito mútuo que transparecem.

Ao antigo Professor Welison de Lima Souza que foi supervisor da maioria dos meus estágios, e acima disso uma pessoa compreensiva que me permitiu vislumbrar um horizonte quando não tinha um rumo delimitado.

A minha orientadora Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco, pela clareza e objetividade durante o processo de formulação do TCC.

E a todos os envolvidos durante essa caminhada acadêmica de 5 anos.

A juventude é o momento de estudar a sabedoria;
a velhice é o momento de praticá-la.

(Jean-Jacques Rousseau)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo discutir o processo de envelhecimento e sua relação com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) referentes ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), por meio de uma análise sobre concepções sociais formuladas e disseminadas sobre os idosos, objetivando também as relações políticas de direitos e seguridade estabelecidos por lei apresentados e discutidos no primeiro capítulo dos resultados e discussões, seguindo com o objetivo de conhecer os SCFV para a população idosa e suas características mais evidentes discutidas no segundo capítulo dos resultados, e por fim discutir o trabalho da Psicologia inserida no SCFV e no CRAS diante de tal grupo emergente e numeroso apresentado no terceiro e último capítulo dos resultados. Para tanto a metodologia realizada se configura em uma discussão da literatura existente e também mais atual relacionada aos Serviços de Convivência e população Idosa por intermédio de uma Análise de Conteúdo de caráter qualitativo visando favorecer novas discussões, questionamentos e possíveis novos conteúdos prováveis para a realização de estudos e aprofundamento científico.

Palavras-chave: Idosos. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. CRAS. Psicologia.

ABSTRACT

This final course assignment aims to discuss the aging process and its relationship with the Living and Bond Strengthening Service (SCFV) related to the Reference Center for Social Assistance (CRAS), through an analysis of social conceptions formulated and disseminated about the elderly, It also aims at the political relations of rights and security established by law presented and discussed in the first chapter of the results and discussions, following with the objective of knowing the SCFV for the elderly population and its most evident characteristics discussed in the second chapter of the results, and finally, discussing the work of Psychology inserted in the SCFV and in the CRAS before such an emerging and numerous group presented in the third and last chapter of the results. To do so, the methodology used is configured in a discussion of the existing literature and also more current literature related to the Social Services and the Elderly population through a qualitative content analysis aimed at favoring new discussions, questions and possible new contents likely to be studied and scientific deepening.

Keywords: Eldery. Living and Bond Strengthening Service. CRAS. Psychology.

LISTA DE SIGLAS

CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Assembleia Geral das Nações Unidas
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	8
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 ESPECÍFICOS	11
3 REVISÃO DE LITERATURA	12
3.1 POPULAÇÃO IDOSA E PERSPECTIVAS SOCIAIS	12
3.1.1 População Idosa Segundo a Política Nacional de Assistência Social	15
3.1.2 População Idosa na perspectiva Psicológica	18
3.2 POPULAÇÃO IDOSA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, PSICOLOGIA NO SCFV E CRAS	20
4 METODOLOGIA	23
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
5.1 A PERCEPÇÃO SOBRE A PESSOA IDOSA EM CONTEXTOS SOCIAIS E CONTEXTOS POLÍTICO-ASSISTENCIAIS	27
5.2 OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA COMO ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO DOS IDOSOS	32
5.3 AS IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA NO CRAS DIANTE DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	8

1 INTRODUÇÃO

O envelhecer é compreendido como uma etapa da vida que é vivenciada de forma subjetiva, ou seja, diferente para cada pessoa, refletindo nas relações próprias do sujeito sobre esse processo, o que por sua vez envolve perdas psicológicas, sociais, biológicas e, em alguns casos, de todos os processos que constitui esse sujeito, com isso, é necessário ressaltar que mesmo diante tais situações, os vínculos são essenciais para dar suporte emocional e social para os idosos. É nesse sentido que se estruturam as políticas públicas voltadas para a população idosa no Brasil que se apresentam em situações de vulnerabilidade social, público esse que é demandado para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (MARTINS, K. D; SANTOS, E. F; CAROLINO, L. N, 2015).

Um dos equipamentos governamentais (também descrito como instituição ou serviço) que fornece assistência a esse grupo é o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, responsável pelas ofertas de proteção social básica para famílias, grupos e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, em outras palavras, se traduz como um serviço que realiza ações para a redução de riscos e vulnerabilidades sociais em um determinado território carente ou desamparado das instituições governamentais. Nesse equipamento, o Psicólogo exerce um papel de extrema importância, participando dos processos de prevenção a vulnerabilidade social, considerando a situação de cada indivíduo que compõe a comunidade local (CREPOP, 2008).

Atualmente mediante a pesquisa realizada entende-se que existe uma dificuldade de se cumprir a proteção social básica, essa proteção se caracteriza pela garantia de direitos e acesso a políticas públicas que visam reduzir desigualdades sociais, podendo mencionar alguns fatores que possibilitam a proteção básica como: mediação, socialização, renda, dignidade, lazer, educação, esporte, moradia e saúde. Tudo isso afeta a identidade de um grupo familiar, a falta ou obstrução desses fatores acabam fragilizando seus vínculos e os deixando mais suscetíveis a vulnerabilidades sociais, como pobreza, violência, ausência de direitos básicos como saúde, educação, moradia digna e qualidade de vida por exemplo. É necessário o conhecimento destes fatores, econômicos, de risco e sociais que estão relacionados com essas vulnerabilidades para modificar esse quadro (PNAS, 2004).

Dentre essas populações vulneráveis com dificuldades de acessar a proteção básica estão inseridos os idosos, esse grupo no território de atuação do Centro de Referência da Assistência

Social – CRAS podem vir a recorrer a diferentes alternativas, uma destas é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para pessoas Idosas, tem como objetivo realizar um serviço que contribua para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, focado em um processo de envelhecimento mais saudável e de qualidade, tanto para os idosos quanto para suas respectivas famílias, por meio do desenvolvimento da autonomia, o fortalecimento dos vínculos familiares, a prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o presente trabalho foi orientado no objetivo de discutir os Idosos nas Políticas Públicas, fazer uma reflexão sobre os Serviços de convivência alinhado com a perspectiva Psicológica no âmbito do CRAS.

No atual momento da realização da presente pesquisa o Brasil e o mundo encontram-se em um estado de pandemia do covid-19, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS certas populações apresentam um risco maior de desenvolver estágios graves da doença, entre elas estão pessoas idosas, com histórico médico de diabetes, pressão alta, doenças pulmonárias, doenças cardíacas ou câncer (OMS, 2020). Diante desse exposto foi considerado o caráter de proteção a esse grupo de risco dos idosos o que se reflete diretamente em um dos fatores determinantes para o desenvolvimento da pesquisa em formato revisão bibliográfica.

Com esse ponto delimitado, buscou-se reunir informações e dados para responder o seguinte problema de pesquisa: Como a população idosa é compreendida no âmbito social e no âmbito das políticas públicas, a importância dos serviços de convivência, bem como sua relação com o serviço do CRAS? Essa é a pergunta ao qual a presente pesquisa de monografia orientou-se em responder com base na literatura pertinente e discussão teórica.

Os resultados se encontram descritos em três capítulos distintos mediante a resolução dos objetivos específicos, sendo estes capítulos: A Percepção Sobre a Pessoa Idosa em Contextos Sociais e Contextos Político-Assistenciais que visou contemplar o primeiro objetivo específico, Os Serviços de Convivência como Espaços de Desenvolvimento dos Idosos orientado para a realização do segundo objetivo específico e por fim As Implicações da Psicologia no CRAS diante do Envelhecimento Populacional alinhado com o terceiro objetivo específico possibilitando em suma atingir o objetivo geral do trabalho.

Realizar esse estudo com base em documentos, artigos, livros e outros materiais pertinentes, permite a realização de uma análise social desse serviço, o que contribui

diretamente para uma avaliação, execução, monitoramento, elaboração de dados e prevenção de vulnerabilidades além da garantia de direitos inerentes a qualquer cidadão. A garantia de direitos faz parte das bases da Psicologia como profissão, e por esse motivo é compreensível que um serviço referenciado ao CRAS que emprega também o serviço da psicologia necessite de mais atualização de informações acadêmicas a respeito.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Discutir sobre envelhecer e serviços de convivência referenciados pelo CRAS alinhados com a Psicologia diante desses serviços.

2.2 ESPECÍFICOS

Discutir como a população idosa é compreendida no âmbito social e âmbito político-assistencial;

Conhecer o serviço de convivência para os idosos inseridos no CRAS;

Descrever como a Psicologia no CRAS se insere e se utiliza desse serviço.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 POPULAÇÃO IDOSA E PERSPECTIVAS SOCIAIS

No contexto Brasileiro o envelhecimento se apresenta como uma questão multifacetada que abarca diversos segmentos da história dos Direitos Humanos e Políticas públicas nacionais. Nessa primeira parte se apresenta um agrupamento de informações a respeito das perspectivas legais (Legislação e Direitos), seguindo da apresentação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS que pauta os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV ao qual a presente monografia se propõe a analisar juntamente com a Psicologia e sua atuação no serviço do CRAS (PONTES, 2017).

De início para apresentar o contexto legal (Legislação) do Brasil, é importante compreender antes que o sujeito idoso também tem sua importância na sociedade, detentor de direitos que devem ser respeitados, para tal pode-se evocar um breve recorte dos Direitos Humanos e sua importância determinante para essa população. São assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, que além de estabelece-los também repudia a violação dos mesmos. Sua importância se demonstra pela possibilidade da luta contra a opressão e o estabelecimento de um objetivo compartilhado por todas as nações de promover o respeito, integridade, liberdade e a vida o que abarca não somente a população idosa, mas também todos os seres humanos (Assembleia Geral da ONU, 1948).

Um dos artigos mais notórios e impactantes da DUDH para o entendimento desse reconhecimento é o Artigo 6, que se transcreve como: “Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. (Assembleia Geral da ONU, 1948). Com esse artigo apresentado percebe-se que as estruturas fundamentais das políticas públicas têm por base essa declaração, ao se aprofundar nessa questão um ponto se sobressai que é o reconhecimento em todos os lugares de ser uma pessoa que possui direitos, remontando para a população idosa no contexto geral, percebe-se a existência de um movimento relacionado a como essa população é vista pelos demais membros da sociedade, por muitas vezes baseadas em uma lógica mercadológica capitalista que estabelece tal população como aquela que não teria nada a agregar a força de trabalho e que aposentadorias seriam um gasto de recursos. Em um contexto ocidental essa visão é mostrada de maneira mais enfática, inclusive no Brasil (ALVES, 2016).

Com as presentes informações dispostas até então torna evidente o contexto de legislação do Brasil e como o mesmo tem bases e influências da DUDH na construção das políticas públicas, podemos elencar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como a garantia máxima de direitos e deveres existente no território brasileiro, seus conceitos estão apoiados na DUDH de forma bem objetiva (MEDEIROS, 2016). Dentre os artigos estudados na realização da presente monografia, dois deles chamaram atenção sendo estes o artigo 5º e 6º.

Respectivamente o artigo 5º da constituição se apresenta da seguinte maneira: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, Constituição da República Federativa 1988, p.11). O artigo realça uma discussão existente e já apresentada sobre o preconceito contra a população idosa e envelhecimento o que gera uma situação contrária ao direito estabelecido pelo artigo, cabe ainda reforçar que essa população deve ser respeitada pelas instituições públicas e privadas além da sociedade civil como preconiza a constituição.

Seguindo essa linha de raciocínio o artigo 6 da Constituição também é de suma importância nesse sentido de reafirmação dessa população enquanto sujeitos relevantes para a sociedade, detentores de direitos, o artigo se descreve da seguinte maneira: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, Constituição da República Federativa 1988, p.15). Por meio deste artigo é notável uma formulação de uma base que funda e firma algumas leis e decretos relacionados aos idosos, como a criação das leis que constituem a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso respectivamente.

Ao relacionar os conceitos de direitos constitucionais referentes aos idosos pertencentes na realidade brasileira, um dos importantes marcos para a efetivação desses direitos foi a Política Nacional do Idoso de 1994. A lei estabelece dentre seus artigos a obrigação estatal sobre a promoção dos mecanismos necessários para garantir a cidadania dos idosos, como viabilizar a participação do idoso na construção, formulação e implementação de políticas referentes a qualidade de vida no envelhecer, responsabilização dos membros familiares sobre os cuidados para com idoso salutando quando não for possível inseri-lo devidamente em um ambiente que forneça tais cuidados, além da implementação e regulação dos conselhos estadual,

nacional e municipal do idoso como um órgão governamental permanente que organiza, coordena e participa das ações voltadas para a população idosa mediante à política nacional do idoso (BRASIL,1994).

Diante da Política Nacional do Idoso é válido mencionar também o Estatuto do Idoso, que vigora como um dos mais importantes fatores para a formulação e atuação relacionados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que dentre seus objetivos mais evidentes está o de reduzir desigualdades sociais. O Estatuto do Idoso regulamentado pela lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, dispõe de diversos artigos sobre essa população no Brasil, sendo alguns destes o estabelecimento de uma idade mínima de 60 (sessenta) anos de idade ou mais para que uma pessoa seja considerada idosa no Brasil, relembra também que o Idoso detém todos os direitos inerentes aos seres humanos, além de estabelece a obrigação da família, do poder público e da sociedade de garantir a pessoa idosa a efetivação desses direitos, como por exemplo a vida, saúde, lazer, esportes, trabalho, cidadania, dignidade, liberdade, alimentação e respeito (BRASIL, 2003).

Porém o estatuto além de estabelecer os direitos dos idosos define um marco importante no combate a violência que tal população pode vir a ser submetida nos diferentes espaços e contextos sociais, como afirma Minayo e Almeida (2016) acerca da relevância do estatuto para se compreender violência contra idosos, atribuindo as condições para o acesso à justiça em caráter prioritário, a penalização diante da discriminação contra a população idosa e a garantia legal dos sujeitos a manterem sua integridade diante de instituições públicas e privadas que por sua vez apresentam como dever propiciar o respeito aos direitos dispostos pelo Estatuto (MINAYO; ALMEIDA, 2016).

Com as presentes informações até o momento uma discussão aprofundada sobre a Política Nacional de Assistência Social – PNAS se faz evidente e importante para compreendermos melhor como a população idosa é concebida e amparada por tal política, o que também culmina na base para a perspectiva psicológica dessa população. Os pontos principais a serem abordados a seguir serão a PNAS e como os Idosos estão inseridos e como podem utilizam-se de tal política, bem como a Psicologia e sua ética de trabalho compreende esse público.

3.1.1 População Idosa Segundo a Política Nacional de Assistência Social

O Brasil em seu contexto social apresenta diversos problemas socioeconômicos que perpassam as famílias podendo gerar assim violações de direitos, que atingem principalmente crianças, jovens, idosos, mulheres e pessoas com deficiência. Essas violações por vezes partem diretamente das famílias onde esses indivíduos estão inseridos e o convívio com esse grupo familiar é prejudicial para seu desenvolvimento como sujeito, chegando a diversos extremos de sofrimento. Tais violações requerem uma atuação pontual que vise a reestruturação das bases familiares ou a criação de novas bases afetivas e morais para esses grupos (PNAS, 2004).

Para tornar a discussão sobre a PNAS uma discussão palatável, algumas informações devem ser consideradas: Segundo projeções realizadas no site oficial do IBGE e um levantamento realizado em 2018 pelo mesmo instituto evidenciou que o Brasil terá uma estagnação no crescimento populacional, sendo o quantitativo de brasileiros estimados para 228,3 milhões até 2060, dentre estes cerca de 25,5% um quarto da população terá mais de 65 anos. O último censo demográfico realizado foi feito em 2010, ou seja, a 11 anos atrás, a falta da periodicidade afeta as projeções da população, características étnicas, salariais, econômicas, sociais e dificulta uma melhor execução de serviços governamentais para a redução da desigualdade no território nacional (IBGE, 2021).

Diante desse cenário e da relação entre aumento do número de brasileiros com mais de 60 anos e a PNAS, se faz coerente apresentar um pequeno resgate histórico de como a assistência era praticada em seus primórdios. Segundo Mestriner (2015) a assistência social no Brasil se baseava na caridade ofertada por instituições como a igreja católica, a quem atribuíam um juízo de valor institucional que exercia uma doutrina de controle, fomentando assim o não questionamento dos parâmetros sociais de desigualdade. A pobreza era atribuída ao indivíduo como um reflexo da sua falta de atitude por não conseguir superar sua situação, como se o indivíduo não tivesse se esforçado o suficiente ou não quisesse sair de sua pobreza (MESTRINER, 2015).

Retomando as relações de pobreza atuais, a ideia de causalidade exclusiva do indivíduo como fator gerador de sua pobreza não tem figurado como verdade, embora ainda exista uma lógica capitalista atrelada a essa ideia. A população brasileira tem apresentado um número altíssimo de pobreza e extrema pobreza na última década. O número de brasileiros na linha da pobreza atingiu cerca de 50 milhões de brasileiros em 2018, a população que se encontrava na

linha da extrema pobreza nesse mesmo ano ultrapassava os 13 milhões de brasileiros, além de considerarmos a cor e etnia dessa pobreza que se constituía de 73% de pretos ou pardos. Os pretos e pardos em geral tem o rendimento médio relativo a metade dos ganhos de pessoas brancas (IBGE, 2019).

Tendo ciência que o Brasil nos tempos atuais passa por um momento complexo nos diversos contextos da sociedade, muitas famílias podem ser afetadas por essa recessão em especial os idosos. Não se pode desconsiderar que os idosos necessitam de cuidados embora deva-se sempre preservar suas autonomias ao máximo, é nesse sentido que compreender o envelhecimento populacional brasileiro e a necessidade cada vez mais eminente da gestão de aposentadorias e serviços assistenciais torna-se uma discussão a ser elevada, os idosos podem e muito provavelmente serão afetados diante dessa realidade, ou seja, a desigualdade social pode acabar se agravando devido a tais fatores socioeconômicos alarmantes, o que vai de contra a proposta da PNAS de combater desigualdades e vulnerabilidades sociais (CARVALHO, 2017).

Referindo-se ainda sobre a contextualização de crescimento populacional, envelhecimento da população brasileira e pobreza, é onde a PNAS se insere como política que visa reduzir as desigualdades e vulnerabilidades, além de promover um favorecimento das potencialidades dos sujeitos inseridos nesses contextos. Dentro dessa concepção é possível destacar a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que prioriza uma ação direta do poder público para execução de programas, serviços, benefícios e projetos socioassistenciais (PNAS, 2004).

É importante e necessário que a PNAS esteja em constante aperfeiçoamento para garantir um movimento de busca por autonomia e garantia de direitos tão presente como base de fundamentação em todos os equipamentos que compõem a assistência social no Brasil a qual a Psicologia também se encontra inserida. Somente com o trabalho realizado em diferentes esferas de poder como, a federal, estadual, municipal, conselhos e ministério público será possível realizar uma melhor gestão e garantia de universalização de tais serviços (PNAS, 2004).

Uma das formas que viabilizam esse movimento é o do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que tem como proposta a realização de uma atenção descentralizada em formato de rede de apoio para a prevenção da violação de direitos e quando os mesmos são

violados, tendo o foco nas famílias e grupos prioritários estabelecidos em um território vulnerável, por intermédio da gestão compartilhada pelas três esferas do governo, sendo estas a União, estado e município juntamente com a sociedade civil (SUAS, 2009).

3.1.2 População Idosa na perspectiva Psicológica

Para tratarmos de apresentar como se ocorre a atuação do Profissional de Psicologia com a população idosa, cabe enunciar os fatores éticos que pautam toda a intervenção psicológica para com todos os públicos estabelecida pelo Código de Ética do Profissional de Psicologia. O código de ética tem como base de fundamentação os direitos humanos, o respeito e responsabilidade, algo já mencionados anteriormente como um dever cívico e institucional. Reconhecendo assim dois dos princípios do código de maneira mais direta para complementar essa discussão que tem caráter convidativo:

O primeiro princípio que se dispõe da seguinte maneira: “I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2005, p.7). E o segundo princípio que afirma: “II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2005, p.7).

Diante dos princípios expostos a discussão sobre a atuação da Psicologia a respeito dos idosos apropria-se de uma forma específica, ao considerarmos que o contexto brasileiro é marcado por muitas injustiças e desrespeito para com diversos grupos, não seria incomum considerar a população idosa como um desses grupos atingidos, ao se estabelecer um paralelo direto com os Direitos Humanos no Primeiro princípio, a promoção de saúde e redução de vulnerabilidades do segundo princípio, concede aos profissionais de psicologia um contato de cuidado para com esse público.

O cuidado se estabelece como um dos fatores de promoção de saúde para os idosos em uma perspectiva de mão dupla nos ganhos afetivos partindo do cuidador para o idoso e vice-versa, entendendo que cuidador nesse caso trata-se de qualquer pessoas que faz parte diretamente do estabelecimento da rede de apoio, sendo profissional ou não, as redes de apoio social são essenciais para a construção de vínculos afetivos demandados pelos idosos, sendo essa demanda emocional característica da natureza humana de convívio social. As necessidades de estabelecer um vínculo não podem ser descartadas, mas sim, reforçadas (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2009).

No processo de velhice é comum que as relações sociais tenham uma diminuição por diversos fatores como lutos e perdas, experiência de vida, diminuição das funções cognitivas e físicas, entre outros. Diferente dos jovens e adultos que tendem a manter essas relações estáveis, por tal motivo a qualidade das relações para os idosos se faz mais necessário que a quantidade. A preparação dos profissionais de psicologia, bem como a produção de material técnico e científico acessível em relação aos idosos se mostra necessário e um dever do Conselho Federal de Psicologia – CFP, formulando ações que partam dos profissionais e sociedade civil, a desigualdade e preconceito com a velhice pode ser mudada aos poucos (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2009).

O que reforça esse ponto de vista teórico do envelhecimento é descrito por Frazão e Fukumitsu (2016) que apresenta esse envelhecer como um processo longo e contínuo, que é atravessado por dificuldades, angústias, perdas e buscas de propósitos ou de ajuda especializada. Essa busca por ajuda se reflete no interesse por psicoterapia por parte dos idosos para lidar com tais problemas, que em sua maioria são de depressão, vazio, solidão, sentimentos de incapacidade além de problemas cognitivos relacionados a idade avançada (FRAZÃO, L. M. & FUKUMITSU, K. O, 2016).

Ponderando ainda que a velhice é atravessada por fatores culturais, histórico-sociais, econômicos e familiares, fica evidente que os idosos se encontram em uma situação de adaptação constante, tendo como base a redução de problemas, sejam eles de ordem, biológica, emocional, econômica ou familiar, o que torna importante o trabalho da psicologia, que se insere nesse contexto para o desenvolvimento de autonomia e saúde mental nas questões que lhe competem, sendo as demais supridas por outros profissionais e meio social (RIBEIRO, P. C, 2015).

3.2 POPULAÇÃO IDOSA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, PSICOLOGIA NO SCFV E CRAS

Iniciando a discussão sobre o funcionamento do serviço de convivência, a inserção do idoso no mesmo, bem como a relação de psicologia no serviço do CRAS, é necessário antes descrever como convivência e vínculo se estruturam como relevantes para o serviço. De acordo com a Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2017) o conceito de vínculo se desenvolve como uma condição humana que se constitui a partir das relações entre sujeitos detentores de direitos, essa interação dependendo de como se expõe e se escuta pode gerar uma energia motivadora e transformadora da realidade onde esses sujeitos se encontram, mobilizando atitudes, gerando afetos e promovendo ações de enfrentamento da realidade opressora a qual estão inseridos.

Com base nesse conceito o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) pode ser aprofundado ao recorrermos a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, que elenca o SCFV como um serviço de Proteção Social Básica, ou seja, trata-se da prevenção de violações de direitos, promover a dignidade, o acesso aos serviços básicos, e garantir a cidadania (BRASIL, 2009).

Nesse contexto da tipificação nacional o Serviço de convivência é descrito como o serviço complementar ao Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) realizado no serviço do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com a modalidade de grupos e com o objetivo de garantir seguridade social e direitos para os membros dos grupos e suas respectivas famílias, num contexto de prevenção básica de situações onde seus direitos possam vir a ser violados e reduzir os riscos sociais integrados na mesma, desenvolvendo as capacidades e fatores potenciais dos membros no sentido de remodelação das questões de vida. O foco especializado com os idosos se desenvolve com os objetivos de favorecer uma autonomia para a pessoa idosa, um processo de envelhecimento saudável, reforçar vínculos familiares de apoio (BRASIL, 2009).

Abarcando às presentes ideias até então, um vislumbre da relação entre o SCFV e a PNAS torna-se viável, devido ao ponto estabelecido entre os usuários desse serviço o direito a convivência que lhes é assegurado por essa política, realizado como já mencionado por meio de ações que visam a promoção da autoestima, enfrentamento de isolamento social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários fragilizados. As vulnerabilidades podem

ser associadas com as necessidades objetivas e subjetivas, sendo respectivamente relacionadas a: falta de renda, de serviços públicos, de condições estruturais de moradia e vida, enquanto as subjetivas se tratam das questões de violência, exploração e fragilidades familiares. Além de outros fatores que podem ser agravantes para essas situações como deficiência, gênero, sexualidade, raça-etnia, religião, fatores econômicos, falta de acesso à educação e à serviços de saúde (BRASIL, 2017).

O que segundo Araújo *et al* (2012) descreve os vínculos para idosos como o os fatores que podem trazer aspectos de melhoria de vida, tais como: uma melhora significativa na forma de se relacionar com familiares e amigos, o favorecimento de um apoio da família na interação enquanto estrutura de indivíduos edificante para esses idosos limitando assim exclusões, além da liberdade como um sinônimo de autonomia e independência do idoso, permitindo assim uma inserção na concepção de um papel ativo na sociedade, vide algumas limitações de diversos fatores que o impossibilite de realizar determinadas ações por conta própria.

Isso reflete justamente o que Silva, L; Santos, M; Santos, L. (2017) apresentam como fator de importância para o funcionamento de um bom serviço de convivência com o foco no idoso, evidenciando ainda mais a participação da família nos contextos de ações, para a promoção de discussões sobre bem-estar e estilo de vida saudável, direitos da pessoa idosa e liberdade individual, o que proporciona assim um processo de envelhecimento mais digno para essa população, o que se mostra por vezes como um dos únicos serviços e espaços públicos que oferecem acesso ao lazer, educação, e qualidade de vida.

Realçado ainda por Wichmann *et al* (2013) apresenta a respeito do suporte para idosos a partir dos grupos de convivência, sendo um movimento de reflexão dos idosos a respeito de suas angustias, tristezas, alegrias, afetos, inseguranças, medos, relações de perda de pessoas próximas e relacionamentos familiares. Inseridos em uma lógica de abertura para novas experiências, os idosos vivenciam um movimento de “liberdade” onde os mesmos podem se distanciar momentaneamente de suas tarefas familiares para dedicar um tempo para seu próprio bem-estar social e psicológico.

Entretanto existem dificuldades nesse processo, segundo Moura, M; Veras, R (2017) apresenta como questões pertinentes da participação da Psicologia no sentimento de “perda” dos idosos, o que vai além de perdas físicas ou materiais, é algo que se estende para uma identidade em si, a aceitação do corpo, das limitações motoras, dos instrumentos auxiliares

como óculos, aparelhos auditivos, implantes, perda lentificada das capacidades cognitivas, da vaidade, memória e sentimentos de solidão. A partir desses aspectos que a psicologia se insere com um papel importante na construção de um suporte efetivo desses vínculos afetivos.

Por meio dessa perspectiva o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS desenvolve esse serviço de fortalecimento de vínculos com objetivos delimitados, como favorecer um processo de envelhecimento saudável por meio de ações e temas de interesse grupal, utilizar das potencialidades do sujeito para uma melhora no convívio familiar e comunitário com planejamento e embasamento sobre as características individual e grupal, proporcionar vivências que promovam autonomia em um espaço acolhedor que possibilite uma relação singular de qualidade (BRASIL, 2012).

É no espaço do CRAS que a Psicologia atua com esses grupos, com um caráter interdisciplinar de atuação, ou seja, nesse equipamento encontra-se profissionais de diversas áreas que tem um objetivo em comum, promover o desenvolvimento do local abrangido pelo CRAS. Como citado anteriormente o CRAS oferece um serviço de prevenção e redução de riscos sociais, comunitários e de larga escala, situados em um território vulnerável, a equipe multidisciplinar se faz necessária para a abertura de possibilidades nos processos de planejamento e execução das ações internas que por sua vez podem ter a atuação direta do profissional de Psicologia, relevando que fica vedado a prática de psicoterapia nesse ambiente devido as altas demandas que essa ação acarretaria.

O profissional de psicologia deverá buscar outros serviços da rede de assistência para sanar essas possíveis demandas. As ações devem ser voltadas para romper com o ciclo da pobreza, potencializar grupos comunitários, aos quais podem ser mencionados: famílias, crianças, idosos, grupos étnico-raciais, mulheres e gestantes. Participa ainda dos levantamentos de dados e acompanhamentos de famílias, promovendo a prática ética, privacidade dos usuários, assegurar direitos sociais e acesso a informação (CREPOP, 2008).

4 METODOLOGIA

Para a realização da presente monografia foi-se levantado referências pertinentes aos temas Idosos, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Políticas públicas, CRAS e Psicologia inserida no âmbito do CRAS, realizadas nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico, BVS Psicologia Brasil, além de consultar leis, decretos, normas públicas e dados do IBGE no período de março de 2021 a junho de 2021. Os descritores utilizados foram “Idosos”, “CRAS”, “Serviço de Convivência”, “Psicologia no CRAS”.

Com as informações dispostas anteriormente, a monografia redigida se apresenta no formato Exploratório de abordagem qualitativa realizada por meio de Revisão Bibliográfica e de caráter narrativo. Esse formato de pesquisa segundo Gil (2002) se traduz com o objetivo de se fomentar uma maior compreensão sobre o assunto ou tema abordado além de promover a criação de hipóteses que podem subsidiar outras pesquisas relacionadas com o tema ou abrir margem para possibilitar uma utilização da mesma para a realização de uma nova pesquisa (GIL, 2002).

É importante salientar que a rede de internet se apresenta contendo diversas informações devido ao seu tamanho, com os mais variados assuntos, portanto se faz necessário saber filtrar as informações que são relevantes para a pesquisa, em se tratando de sites de busca os termos, palavras-chave, assuntos, nomes de pessoas, de entidades são utilizados nos mecanismos de pesquisa mais comuns e filtrados por meio das bases de dados científicas especializadas (SEVERINO, 2017).

Como critério de inclusão para artigos, monografias, livros e capítulos de livros foi-se estabelecido 10 anos como período máximo de publicação, além dos temas relevantes elencados nos descritores, permitindo assim uma maior inclusão de obras pertinentes e fontes de informação, tendo em vista que em pesquisa preliminar não houve um apanhado de material recente e específico sobre o tema proposto. O quantitativo total de artigos selecionados em leitura preliminar foi de 16 artigos, dos quais apenas 9 foram selecionados como favoráveis a pesquisa e 7 desfavoráveis devido a um distanciamento do tema proposto e dos descritores utilizados. Relacionado a inclusão de trabalhos de caráter monográfico como livros, capítulos de livros, monografias de TCC, apostilas, cadernos, normas e orientações técnicas, a pesquisa preliminar selecionou 31 obras dispostas em 6 monografias de Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, três (3) capítulos de livros, 17 documentos divididos em normas técnicas, orientações de atuação do psicólogo, tipificação de serviços e documentos descritivos de

serviços assistenciais, dentre esses apanhados descartou-se 5 obras seguindo o mesmo critério de aproximação e relevância para com o tema selecionado.

Abarcando os objetivos da pesquisa, suas hipóteses e problemática a ser estudada, compreende-se que as informações a serem coletadas devem ter um nível satisfatório de qualidades, sendo assim ficam excluídos do material obras de caráter não científico, literatura não especializada ou de fonte desconhecida. Objetivando ainda que os textos, livros, artigos e materiais utilizados podem servir para pesquisas futuras baseadas no tema proposto, assim oferecendo subsídios confiáveis e de qualidade para trabalhos científicos, como artigos e monografias. Esses pontos compostos se caracterizam como motivos com os quais o estudante deve se preocupar antes de iniciar o trabalho, comumente iniciando com as obras mais clássicas sobre o tema até chegar nas mais atuais (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Em segmento relacionado ao material coletado é possível elencar a maneira com a qual as informações foram analisadas, o método definido foi o de Análise de conteúdo. O que segundo Bardin (2011) descreve como um conjunto de técnicas de análises sistemáticas com a finalidade de estabelecer um conteúdo passível de interpretação e inferência de mensagens ou fatores qualitativos, passíveis de uma reflexão ou formulação de novas produções (BARDIN, 2011).

Bardin (2011) nos apresenta quais são as fases da análise de conteúdo, sendo estas “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. (BARDIN, 2011, p. 125).

A pré-análise ainda segundo Bardin (2011) se configura como a fase de organização e planejamento para a realização de uma análise precisa e confiável. Possuindo três movimentos iniciais sendo estes a escolha dos materiais a serem analisados, a formulação de hipóteses e objetivos iniciais, e pôr fim a realização da interpretação final, considerando que esses fatores embora geralmente se sucedam nessa ordem não existe uma rigidez no sistema de análise, sendo passível a implementação ou remoção de conteúdos para a análise que se mostrem pertinentes a proposta de objetivos realizada previamente. E é com o passar das leituras que o aprofundamento é realizado para o refinamento da pesquisa posteriormente (BARDIN, 2011).

Seguindo com a exploração do material, Bardin (2011) apresenta que uma vez concluídas satisfatoriamente as elaborações e esquematizações da pré-análise, a exploração do material nada mais é que a aplicação na prática das formulações de conteúdo e dados dispostos

seguindo a formulação dos objetivos da pesquisa. É também na exploração do material que são definidas as unidades de registro, de contexto e formulação de categorias de análise (BARDIN, 2011).

Respectivamente as unidades de registro se caracterizam como as unidades básicas do conteúdo estudado, que por sua vez são também base da formulação das unidades de contexto que codificam as unidades de registro para possibilitar uma compreensão das unidades de registro de forma categórica (BARDIN, 2011).

Na presente pesquisa os objetivos foram traçados anteriormente à realização da mesma, diante disso buscou-se o levantamento de materiais pertinentes para contemplar os objetivos. Mediante isso os processos de leitura referentes a revisão de literatura possibilitaram elencar um total de 7 unidades de registro, que por sua vez são mais evidentes e constantemente elencadas, podendo ser especificadas em: Social, Vulnerabilidades, Direitos, Serviço de convivência, CRAS, Psicologia e Envelhecimento.

A partir dessas unidades de registro elencadas pode-se estabelecer as unidades de contexto que tem por finalidade a compreensão das anteriores. Orientou-se por meio dos três (3) objetivos específicos da pesquisa para essa formulação, evidenciando que os objetivos específicos têm por finalidade compor o objetivo geral. Diante das unidades de contexto, o delineamento das informações organizadas em três (3) categorias temáticas para a análise se tornou viável, sendo estas: A percepção e discussão da pessoa idosa em contextos sociais e político-assistenciais; Os serviços de convivência como espaços de desenvolvimento dos idosos no CRAS; e As implicações da psicologia no CRAS diante do envelhecimento populacional. Essas categorias serão analisadas no capítulo a seguir mediante a terceira fase da análise de conteúdo.

A terceira e última fase da análise de conteúdo que é o tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação, sendo passível do aparecimento de informações inesperadas que destoam das hipóteses iniciais, o que não se traduz como uma falha, ao contrário, permite a elaboração de novas inferências e formulações de pesquisa em perspectivas teóricas diferentes (BARDIN, 2011).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos presentes capítulos a seguir serão apresentadas as três categorias analisadas para a resolução dos objetivos de pesquisa definidos. Por meio dos dados e discussões efetuadas sobre o conteúdo coletado intrinsecamente relacionado com a compreensão da pesquisa, foi estabelecido assim um aprofundamento teórico relevante sobre a temática geral. A primeira categoria “A percepção e discussão da pessoa idosa em contextos sociais e político-assistenciais” se caracteriza pela discussão a respeito da visão social da população idosa em paralelo com os direitos garantidos dessa população.

A segunda categoria “Os serviços de convivência como espaços de desenvolvimento dos idosos” por sua vez apresenta a discussão específica e pontual dos serviços de convivência enquanto espaços que promovam a garantia de direitos e melhoria de vida sobre o envelhecer especificando a compreensão desse serviço por diferentes autores, além de realizar críticas, questionamentos e apresentar a visão da presente pesquisa diante dos dados.

Por fim a terceira categoria “As implicações da Psicologia no CRAS diante do envelhecimento populacional” apresenta os pontos emergentes sobre o trabalho da Psicologia no âmbito do CRAS referentes ao envelhecimento e grupo de idosos enquanto serviço público multidisciplinar, exemplificando mediante os autores e pesquisadores ligados a essa temática, com a finalidade de estabelecer um material passível de discussão, compreensão e questionamentos acerca dessa temática.

5.1 A PERCEPÇÃO SOBRE A PESSOA IDOSA EM CONTEXTOS SOCIAIS E CONTEXTOS POLÍTICO-ASSISTENCIAIS

A discussão sobre as representações sociais referentes a população idosa se mostrou pertinente, embora não seja um assunto novo nas ciências sociais, tem se tornado mais frequente devido ao envelhecimento populacional como um fenômeno de escala global, algo que é afetado especialmente nas culturas ocidentais devido a influência capitalista neoliberal na vida dos sujeitos inclusos nessa sociedade, o que por sua vez também influencia na compreensão das pessoas sobre o envelhecimento. Podendo figurar ainda o contexto da distribuição de renda precária do cenário brasileiro e os atravessamentos socioculturais que antecedem e fazem parte da condição vulnerável de fragilidades sociais onde atuam o CRAS com o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Diante dessa colocação é valioso mencionar um contexto específico da realidade contemporânea brasileira. É de entendimento acadêmico e social que os integrantes inseridos nessa dinâmica perpassam por dificuldades socioculturais e socioeconômicas evidentes devido a desigualdade de renda considerável existente no Brasil, essa situação traz à tona uma necessidade de repensar sobre o envelhecimento e políticas públicas, especificamente ao presente recorte onde o processo da terceira idade populacional está se acelerando rapidamente como indicado pelas projeções do IBGE a respeito do contexto brasileiro de 2060 onde um quarto (1/4) da população brasileira teria idade acima de 60 anos, logo as demandas referentes a essa parte da sociedade brasileira figurarão um movimento de urgência se considerarmos que os dados apontam para um envelhecimento populacional equiparável de um país desenvolvido.

Partindo desse fato a respeito do envelhecimento populacional, os estudos e autores revelam a existência de uma concepção geral sobre o envelhecimento na sociedade é realizada de uma maneira depreciativa em decorrência dos ideais sociais anteriormente apresentados, tal sociedade configura modos de pensar sobre as relações de poder e imagem que postulam um papel a ser seguido, um significado, uma distinção e atribuem um conceito de utilidade para o sujeito, não seria incomum pensar como essa visão afeta o pensamento coletivo sobre envelhecer.

Envelhecer é entendido diante dessa lógica como um deixar de ser, deixar de ser jovem, de ser belo, de ser independente e de ser útil, tal percepção imposta por um conceito mercadológico se emprega e se fortalece diante da premissa sobre força de trabalho que o sujeito tem a oferecer, justamente nesse ponto que o processo de envelhecimento torna-se alvo

do preconceito e aversão por determinadas instituições e membros da sociedade. O sujeito idoso passa a ser visto como aquele que consome recursos e não oferece “nada” em troca.

Essa percepção também é compartilhada por Alves (2016) que descreve como a população idosa é vista pelos demais membros da sociedade, por muitas vezes sob uma noção mercadológica neoliberal que estabelece um distanciamento entre a população jovem e a população idosa, caracterizando a população jovem como a importante e necessária enquanto a população idosa seria como aquela que não teria nada a agregar a força de trabalho, tornando-se apenas um resultante do tempo sobre a condição humana (ALVES, 2016).

A ideia disposta acima demonstra e evidencia uma posição tomada pela sociedade como a maneira de conceber uma percepção geral acerca da população idosa, objetivando assim um significado para as ações que beneficiam um sistema de interesses que variam entre os do estado e os privados, favorecendo ainda uma noção de competitividade e valorização da juventude como única forma de produção em todos os aspectos da vida, o que segundo os autores estudados não configura uma premissa saudável para o desenvolvimento do envelhecimento.

Essa visão segundo Pontes (2017) é constantemente reforçada mediante o enaltecimento da juventude como símbolo do ápice da beleza e felicidade comumente repercutida pela mídia, o que vai de encontro direto com o imaginário popular de sofrimento, solidão, doença e morte atribuídos a idade avançada, tal construção midiática da busca incessante pela beleza exclui o sujeito idoso do seu espaço de cidadão e o insere num espaço de consequência, no sentido de encaixar essa etapa da vida a uma falta de cuidado pessoal, transformando assim a idade avançada em um fim que pode ser paliado, ou seja, escondido, evitado, negado e conseqüentemente alvo de um mercado lucrativo.

Essa percepção também é compartilhada por Paula (2016) que afirma como a sociedade enviesada no ideal de mercado suprime o desenvolvimento de uma noção crítica de sabedoria por parte dos idosos. O conhecimento de vida não está mais atrelado ao envelhecer, mas sim de um advento científico impulsionado por um avanço na economia e evoluções tecnológicas que por sua vez não se desprendem desse ideal.

Todo esse contexto de velocidade na criação e validação dos dados científicos atravessam o conhecimento e experiência de vida da população idosa de maneira impactante, entendendo que o saber científico se torna para o sistema capitalista o único válido e respeitado diante de uma sociedade sedenta por informações que por vezes não conseguem interiorizar ou

absorver as mesmas, reflete novamente na exclusão e perda do espaço da população idosa como agregadora de conhecimento na sociedade.

Como mencionado até então a percepção capitalista da pessoa idosa é vendida e disseminada pelas empresas com um fim comercial, evidenciando uma perspectiva da pessoa idosa como um fardo, ou seja, um custo, uma responsabilidade indesejada, uma etapa da vida a ser evitada.

Essa ideia em especial na sociedade brasileira é absorvida pelos demais membros cujos não estabelecem a abertura para a formulação de novos pensamentos e passam a repetir essa visão sem um pensamento crítico ou compreensão de tal fato de maneira mais ampla, em outras palavras, os jovens e adultos que compõem a grande massa de trabalhadores em potencial constroem uma noção sobre o envelhecer como um fim inevitável e terrível, especialmente no momento atual onde as relações sociais estão mais distantes, indiferentes e individualistas, fortalecendo uma ideia de que apenas a mão de obra servil é considerado o ponto máximo de carreira na vida de um indivíduo (NETO, 2016).

Diante das discussões dispostas até o momento fica evidente a importância da construção de uma nova percepção, um novo olhar sobre o fato de envelhecer. Conhecer, entender, pensar e indagar sobre a terceira idade e seus atravessamentos comuns a todos inseridos nesse ciclo vital é possibilitar uma formulação da garantia de direitos mais justa e presente para essa população.

Nesse sentido de busca por um novo olhar direcionado aos idosos que as políticas públicas se estabelecem para promover a cidadania desse segmento populacional, políticas essas que sofreram muitas transformações e influências durante o tempo, sendo importante e necessário elencar novamente os Direitos Humanos já abordados anteriormente. Historicamente os direitos humanos foram um marco decisivo para o enfrentamento de violências e injustiças em um período pós-guerra marcado por diversas violências contra determinados grupos sob premissas infundadas de preconceito e supremacia.

O que delimita um ponto crucial na história do combate à violência no cenário brasileiro, em especial a Constituição de 1988 que possibilitou uma nova maneira de estabelecer o conceito de cidadania no Brasil, o Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas de 1994 que permitiu a sociedade civil e os idosos propriamente ditos demandarem diretamente às diferentes esferas de poder público a efetivação dos seus direitos, cabendo mencionar ainda o

Estatuto do Idoso promulgado em 2003 que estabelece os direitos básicos inerentes à pessoa humana para o contexto do sujeito idoso, tais como a vida, a alimentação, a saúde, a cultura, a educação, a cidadania, o respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária (CATÃO; ROCHA, 2019).

Contudo, essa garantia legal dos direitos escritos e promulgados nos documentos governamentais não garantem a efetivação dessas políticas por si só, o que também não culmina na garantia de uma melhoria de vida desses sujeitos idosos de forma evidente se pautada somente e exclusivamente na instauração das políticas constitucionais, Conselhos do idoso e do Estatuto do Idoso. A cidadania se expressa nesses termos como um status frágil, constantemente carente de esforços estatais para a promoção efetiva dos direitos, o que engloba ainda os profissionais inseridos nos equipamentos e serviços públicos e a sociedade civil como forças mobilizadoras das ações públicas, possibilitando assim o reconhecimento dos direitos do cidadão idoso.

Ressaltando ainda como o advento capitalista e suas bases de pensamento interferem nessa sistemática de discursos, em especial referido a um suposto conceito de Estado como figura totalitária detentora do poder sobre os cidadãos e a política neoliberal como a forma pura e simbólica de liberdade, em outras palavras, a percepção capitalista por meio da defesa de uma sociedade menos Estatal permite a proliferação de discursos que implicam diretamente nas instituições responsáveis pela garantia da cidadania e dos direitos (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014).

Essa dificuldade do Estado em garantir a cidadania dos idosos confere uma problemática a muito tempo combatida e discutida, mesmo diante dos avanços na área da assistência social o Brasil tem uma série de questões que necessitam de atenção. Um dos pontos relativos a legislação da Política Nacional do Idoso que facilita essa discussão pode ser revelado diante da Política Nacional do Idoso de 1994 presente na revisão de literatura, ao afirmar em seus artigos a obrigação estatal sobre a promoção dos mecanismos necessários para garantir a cidadania dos idosos, como viabilizar a participação do idoso na construção, formulação e implementação de políticas referentes aos mesmos (BRASIL, 1994).

Desse ponto de vista alinhado com as discussões até então, compreende-se que o estabelecimento da lei não opera como único fator de seguridade social dos idosos, como já mencionado é necessário que a efetivação tenha um status de abrangência a nível nacional de

qualidade. Devido a essa dificuldade na efetivação essa parcela da população que cresce em número com o passar dos anos, os quais podem vir a enfrentar dificuldades maiores em detrimento dessa situação, entendendo que a necessidade de garantir os direitos tem figurado nas instituições de poder com dificuldade e falta de interesse, é importante compreender como esses movimentos corroboram em uma sistemática falha e defeituosa, abrindo margem para a violência institucional e uma crescente vulnerabilidade social (MINAYO; ALMEIDA, 2016).

Seguindo com esse ponto específico das vulnerabilidades sociais como fatores que interferem diretamente na vida dessa população em destaque, Fagundes (2017) nos apresenta que a população idosa se configura em diferentes formas sobre vulnerabilidades sociais, partindo dos contextos de falta de escolaridade, baixa renda familiar, localidades violentas, problemas familiares, precariedade na efetivação de direitos além de estarem inseridos em uma perspectiva que demanda cuidados específicos.

Essas informações somadas ainda sobre como as mulheres compõem grande parte dos núcleos familiares nessas localidades vulneráveis como nos afirma Jesus *et al* (2017), sendo estas que apresentam menos contato com álcool e tabaco, uma expectativa de vida maior, menor contato com ocupações que ofereçam risco além de estarem menos suscetíveis a mortalidade por causas externas que os homens na mesma faixa etária (JESUS *et al*, 2017). Um ponto interessante a ser estudado é sobre como os homens estão inseridos dentro dessa perspectiva de risco em quantidades maiores que as mulheres, tal conteúdo se faz interessante, entretanto não é esse ponto específico o objeto do presente estudo, porém considero importante para uma pesquisa futura como uma sugestão.

Mediante todas as discussões realizadas sobre as perspectivas sociais e político-assistências referente as pessoas idosas, compreendo que o primeiro objetivo específico foi contemplado de maneira satisfatória. Por meio das questões apontadas pelos diferentes autores chegou-se à conclusão de que os impactos capitalistas refletem diretamente na ótica popular sobre os idosos, como os direitos estabelecidos por lei detém importância e relevância nesse aspecto, sendo evidente a necessidade de um movimento do poder público e social para a efetivação abrangente dessas leis e direitos, além dos pontos vulneráveis da população idosa aos quais serão mais aprofundados no próximo tópico do capítulo em específico sobre os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos como espaços para o desenvolvimento dos idosos.

5.2 OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA COMO ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO DOS IDOSOS

Nesse segundo capítulo estarão presentes as discussões a respeito dos serviços de convivência, proposta de atuação do CRAS, o contexto das violências praticadas contra idosos e o desenvolvimento do envelhecer nos SCFV, juntamente com a interpretação e posicionamento resultante da análise do presente trabalho, contemplando assim o segundo objetivo específico proposto.

De início os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos instauram-se diante do contexto social apresentado anteriormente como uma das maneiras de possibilitar ao sujeito idoso um local que o respeite, escute e promova cidadania, principalmente se considerarmos o que Minayo (2005) nos evoca a pensar diante de um recorte do cenário brasileiro característico de violência para com essa população, em específico no seio familiar, o que não desconsidera as configurações de classe, etnias, gênero, faixa etária, esferas de poder público e institucional que circulam essa realidade que aos poucos demonstra um interesse maior por parte dos pesquisadores e sociedade civil.

Remontando ainda como essas violências são “desconhecidas” por muitos, Minayo (2005) elabora como a percepção da validação do sujeito como produtor ativo na sociedade não é um ponto unilateral desenvolvido pelos adultos tidos na idade ativa, mas considera que essa formulação diz respeito aos próprios idosos imbricados nessa lógica de envelhecer, principalmente ao evidenciar como a “perda” de poder associada ao trabalho gera uma fragilidade na ideologia do sujeito relacionado a validade de sua existência no momento em que se encontra aposentado. Outro ponto relevante mencionado é o amadurecimento da sociedade diante dessas violências, exemplificando como este movimento foi constituído também diante dos direitos das mulheres e dos direitos das crianças, (MINAYO, 2005).

Mediante essa concepção de construção social de violência contra a população idosa, uma questão relevante a ser considerada também diz respeito a compreensão dos tipos de violência praticados contra os idosos, em especial sua frequência e em quais espaços e ambientes tais violências figuram persistência e necessidade de uma atenção cívico/estatal no enfrentamento dessas violências. Segundo dados provenientes do disque 100 referentes ao primeiro semestre de 2019 apresentados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, classifica os tipos de violências mais comuns praticados contra idosos seguindo uma ordem decrescente em porcentagem, iniciando em Negligencia com 40,28% das denúncias

efetuadas seguindo com Violência Psicológica 24,60%, Abuso Financeiro/Violência Patrimonial 20,11%, Violência Física 12,15%, Violência Institucional 1,96%, Outras violações relacionadas a direitos humanos 0,50%, Violência Sexual 0,23%, Discriminação 0,16%, Totalizando assim 100% (BRASIL, 2020).

Ao longo do mesmo ano foram contabilizadas cerca de 48 mil denúncias para o disque 100, totalizando cerca de 30% do total de denúncias no ano de 2019, categorizando essa população como a segunda maior nos casos de denúncias realizadas ficando atrás somente das denúncias de violência contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2020).

Essa pontuação de dados revela uma situação preocupante sobre a saúde da população idosa em um contexto macro, o que vai de encontro com a percepção de Silva e Dias (2016) sobre como as violências não se estabelecem de maneira isolada, estando dispostas em um contexto interligado, a negligencia abarca a violência psicológica que por sua vez pode fazer ponte para a discriminação o que viola os direitos humanos, o ponto específico a ser compreendido é como essas violências estão inseridas no convívio social de todos os membros da sociedade, e como algumas dessas violências estão naturalizadas nas ações e discursos dos diferentes indivíduos (SILVA, C, F; DIAS, C, M, 2016)

Essa naturalização além de gerar ônus para a população idosa, também corrobora para o status de “invisibilidade” da mesma, como mencionado anteriormente por Minayo (2016), em específico pelo meio dessa difusão de pensamentos arraigados em um movimento de não legitimação do envelhecimento como um momento específico da vida, mas um momento a ser evitado e desconsiderado, a população idosa adentra nessa forma de pensamento sobre seu próprio envelhecer mediante as constantes agressões psicológicas, verbais ou até mesmo físicas exercidas pela parte jovem da população, por meio disso a “invisibilidade” das violências torna-se naturalizada e não percebida por uma grande parcela dessa população (MINAYO; ALMEIDA, 2016).

Considerando que existe ainda uma parte dos idosos que envoltos nesse contexto de violência por diversos fatores, corroborando em um movimento de sujeição por parte dessa população diante das diversas violações, entre elas a percepção social individual sobre estar “velho”, a relação à própria família que corresponde ao grande número dos responsáveis pelas violações, além do medo e receio do cidadão idoso de realizar uma denúncia por ter problemas de acesso à justiça ou como mencionado ou por se tratar de um familiar que tem um vínculo

próximo ou que exerce um papel de cuidador dessa pessoa idosa, em geral os próprios filhos (MINAYO; ALMEIDA, 2016).

Diante da emergente situação apresentada é notável uma necessidade de repensar sobre a realidade de vulnerabilidade desses idosos, principalmente se considerarmos que o processo de envelhecimento é marcado pelos evidentes cuidados sobre o sujeito em idades mais avançadas, embora a idade avançada não configura invalidez, tampouco deve ser compreendida dessa forma, evidenciando dessa forma a importância da autonomia e sua preservação na medida do possível para evitar discursos ou ações que retirem do sujeito sua capacidade de escolha e prática social cívica. Essas vulnerabilidades são alarmantes e demonstram o ponto específico da atuação dos equipamentos de assistência social para com esse público (CARVALHO, 2017).

O movimento de busca por autonomia é um ponto tratado de forma bem objetiva pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, por meio dessa autonomia o processo de participação do sujeito idoso no que confere políticas públicas pode fluir de maneira mais satisfatória, além de permitir que essa população se aproprie de uma consciência transformadora da realidade, a busca ativa pela efetivação de direitos se configura como essencial no reconhecimento dessa população juntamente da universalização dos serviços e cidadania, sendo inclusive princípio fundante para os serviços dos diversos equipamentos da assistência, como o CRAS, CREAS, CAPS, Conselhos, e demais órgãos públicos (PNAS, 2004).

Partindo dessas discussões sobre vulnerabilidades, violências e busca pela prática cidadã da população idosa, o conceito de Vínculo pode ser ampliado para a discussão. A Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2017) nos conceituou como o vínculo se configura como uma necessidade humana construída nas relações entre sujeitos autônomos, criando assim uma energia que modifica a realidade. Principalmente em contextos violentos ou opressores, em relação ao Brasil ainda é notável como muitos fatores relacionados ao envelhecer necessitam de uma maior atenção em diferentes âmbitos, muito se questiona sobre o poder público nessa situação, embora os campos privados e individuais da sociedade também são tão importantes quanto nessa mudança, sendo este um dos pontos mais relevantes para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 é bem objetiva e direta sobre o SCFV em sua especificação, elencando o mesmo como um serviço de proteção social básica, o que necessariamente se transcreve como a prevenção das violações de direitos, sendo formulado e aplicado de forma complementar ao Programa de Atenção Integral a Família – PAIF, que por sua vez é referenciado ao CRAS sob uma perspectiva grupal de efetivação do SCFV. Os pontos a serem desenvolvidos e trabalhados no SCFV correspondem a uma seguridade social individual e da família, com foco no desenvolvimento de capacidades potenciais dos indivíduos, ou seja, são os pontos que estabelecem suporte emocional ou material dos Idosos, em especial a busca pela efetivação da autonomia e processo de envelhecimento saudável advinda dos vínculos sociais e familiares (BRASIL, 2009).

Essa prática de serviço é pautada na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, abarcando as vulnerabilidades a serem pensadas e enfrentadas, caracterizadas em necessidades objetivas e subjetivas, as questões objetivas se configuram em problemáticas estruturais como por exemplo: a má distribuição de renda que culmina na baixa renda, serviços públicos que não cumprem a promoção de direitos, condições estruturais de moradia e vida em específico localidades mais carentes e que demandem maior atenção do estado, falta de acesso aos serviços de educação e saúde básicos, além de riscos referentes a localidades com altos índices de criminalidade. Enquanto as subjetivas se tratam das questões de violência, exploração e fragilidades familiares. Esses fatores isolados são problemas a serem combatidos, porém a situação pode se agravar diante de questões específicas de certos públicos, como por exemplo pessoas com deficiência, questões relativas a gênero, sexualidade, raça-etnia, religião, ou expressão cultural (BRASIL, 2017).

Esse ponto de trabalho do SCFV é ressaltado por Araújo *et al* (2012) ao descrever como os vínculos para idosos são fatores essenciais para a manutenção do convívio social e melhoria de vida, exemplificados nas significativas melhorias das relações sociais, o estabelecimento de um suporte familiar útil para o enfrentamento das violências em suas variadas formas, além da promoção da liberdade individual como uma expressão de autonomia e independência do sujeito idoso, o que permite reafirmar como a população idosa é parte evidente e não “invisível” da sociedade, o vínculo social para ser efetivo demanda uma qualidade das relações dessa população, pois a experiência de vida do envelhecimento é marcada por diminuição de certas funções fisiológicas, em contraponto do aumento das demandas afetivas de qualidade.

Isso reflete no que Silva, L; Santos, M; Santos, L. (2017) apresentam como fator de necessário para o funcionamento efetivo do Serviço de Convivência, em um sentido mais específico da participação familiar no SCFV, o que se traduz como promoção de bem-estar social para o processo de envelhecimento, o que demonstra ainda como estes serviços são singulares na oferta de espaço de desenvolvimento pessoal e cidadã. A família nesse contexto é além de uma perspectiva de cuidado, uma parte a ser considerada nas relações sociais desses idosos, devido aos contextos familiares de suporte ou violência contra idosos apresentados anteriormente, que em sua grande maioria das vezes partem desses membros familiares, entretanto a família pode ser a principal potencialidade trabalhada nesse serviço, além de como já mencionado não se deve descartar a autonomia desse sujeito idoso como principal articulador de sua própria realidade, de suas capacidades, limitações e fatores potenciais de saúde.

O vínculo familiar para essa população segundo Wichmann *et al* (2013) é questão fundadora do suporte emocional nos grupos de Serviço de Convivência, a autonomia citada anteriormente passa então a ser solidificada por intermédio desse suporte, o que permite ao sujeito idoso uma abertura de pensamentos e questionamentos sobre suas necessidades, angustias, dificuldades, direitos, medos, inseguranças, alegrias, entre as outras questões que concernem ao biológico do sujeito nessa fase da vida, como a diminuição de certas capacidades cognitivas ou fisiológicas. As questões de saúde e busca por uma qualidade de vida melhor são frequentemente mencionadas nos estudos sobre os SCFV como um dos principais motivos que os idosos apresentam ao buscar tal serviço, além do convívio social já abordado.

A participação social do idoso como aquele que desempenha esse papel social ativo e integrante de um grupo, possibilita ao mesmo uma seguridade social advinda de uma rede de apoio que também gera uma preservação da integridade desse idoso. Por intermédio dessa perspectiva o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS desenvolve os SCFV com objetivos concretos a serem atingidos, quando relacionado com os idosos esse serviço priorizará o processo de envelhecimento saudável abordando temas pertinentes aos integrantes do grupo, que podem variar embora algumas situações apresentam similaridades.

Tratando-se de um serviço para a complementação das atuações com a família, os profissionais envolvidos devem buscar maneiras de estabelecer um contato mais próximos dos membros familiares com o SCFV, levando em consideração que as diversas famílias dos territórios abrangidos pelo CRAS de maneira geral são atravessadas por diversas questões que podem dificultar esse processo de aproximação, em outros termos, as equipes profissionais

devem trabalhar sob as possibilidades do serviço diante das pluralidades das famílias e suas demandas (CARVALHO, 2017).

Seguindo nesse sentido Pontes (2017) elenca como os Serviços de Convivência seguem uma estrutura delimitada com início, meio e final, evidenciando também a necessidade de se estabelecer quais demandas grupais serão trabalhadas antes de se iniciar com o serviço. Quando relacionado ao CRAS os serviços de convivência se apresentam com uma estrutura ampla de atuação, em especial com a família tendo em vista de se tratar de um serviço complementar ao PAIF (PONTES, 2017).

O que vai de encontro com a construção de significação dos direitos humanos e políticas públicas por parte dos idosos apresentado por Catão; Rocha (2019) ao mencionar como essa população ainda demanda um longo processo para a universalização desses direitos, configurando assim uma passividade diante de sua própria condição por desconhecer as possibilidades de reivindicação do respeito e melhoria de vida. A ideia de compor um público que compreende o governo como único responsável pelo acesso aos direitos e serviços da população idosa configura uma necessidade dos serviços de convivência e equipamentos da assistência a pensar e elaborar meios em suas respectivas atribuições para promover informações acessíveis e necessárias sobre a garantia e defesa de direitos da população em geral o que por sua vez contempla a população idosa, incluindo nesse sentido informações sobre possíveis problemas familiares, problemas sociais, problemas estruturais e o combate das violações.

Violações que são consideradas ainda no que apresenta Couto (2016) diante da dificuldade de efetivação da Política Nacional do Idoso sobre a demanda de diversos serviços e setores públicos ou privados, além do já mencionado âmbito civil social geral, embora o ponto principal da discussão esteja ligado aos SCFV, não seria prudente evitar de ratificar sobre como o funcionamento desses sérvios para a população idosa depende diretamente do trabalho de fortalecimento das potencialidades mediante os princípios e diretrizes estabelecidos na política. Os SCFV envoltos nesse contexto são novamente elencados como um dos poucos espaços que os idosos dispõem e quando dispõem para proporciona-los um diálogo, questionamento, elevação de consciência e busca ativa de efetivação da cidadania basilar garantida na constituição.

Considerando estes pontos de vista discutidos percebe-se como os espaços relacionados aos SCFV são amplamente defendidos e reconhecidos pelos autores e pesquisadores, apresentando por meio da elevação do vínculo como articulador potencial da mudança de vida do sujeito idoso, entende-se, porém, a existência de diversas dificuldades na execução do serviço que podem vir a interferir no andamento das relações entre o serviço do CRAS e as famílias atendidas. Em especial os contextos de violência apresentados que se mostrou constante nas leituras de análise, desconsiderar como esse contexto violento brasileiro influencia os SCFV seria desconsiderar a necessidade desse funcionamento, limitando assim a compreensão sobre o assunto.

Perante todas as discussões realizadas a respeito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como espaços de desenvolvimento do Idoso, a presente pesquisa considerou as informações concisas e constantes, os pontos de vista apresentados pelos diversos autores apresentam similaridades sobre a necessidade da efetivação da Política Nacional do Idoso em diferentes âmbitos e instituições, o CRAS com os SCFV figura nessas discussões como principais para tal efetivação. A partir disso a discussão sobre como a Psicologia se apresenta nesse equipamento diante do envelhecimento populacional será disposta a seguir.

5.3 AS IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA NO CRAS DIANTE DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as discussões referentes a prática psicológica no CRAS, evidenciando o processo de envelhecimento trabalhado nesse serviço por meio do PAIF e os SCFV que complementam o mesmo, entretanto o foco estará na Psicologia diante dos desafios do envelhecimento e a proposta de melhoria da qualidade de vida proposta pelo CRAS, considerando ainda a interpretação, questionamento e posição diante dos resultados obtidos, contemplando o terceiro objetivo específico e finalizando as discussões mediante o objetivo geral proposto.

Mediante o proposto a discussão básica a ser apresentada de início se configura no processo de envelhecer e como as questões proeminentes desse processo são importantes norteadores para a formulação do trabalho do profissional de psicologia nos espaços do CRAS.

Como bem nos apresenta Moura, M; Veras, R (2017) sobre esse processo, como aquele marcado por muitas “perdas” em diferentes perspectivas, partindo dos pontos de vista fisiológico do corpo até os psicológicos e sociais ligados a isso também, sendo mais específico na formulação da identidade desse sujeito idoso que por vezes se encontra em um movimento de “aceitação” de suas limitações, essa aceitação não se configura em certos indivíduos como genuína, mas sim uma conformidade diante do próprio contexto e dos instrumentos auxiliares presentes e comuns diante desse processo.

É comum e perceptível como estes equipamentos sejam eles óculos, bengalas, guarda-sóis, remédios, aparelhos auditivos, implantes, entre outros, são pontos nesse contexto que “atestam” para esses idosos sua constante lembrança do envelhecimento, o que por si só não configura um problema psicológico, porém essa questão varia diante da subjetividade de cada ser sob a constante ideia de invalidez apresentada pelo restante do meio social, partindo disso o sujeito idoso pode não ter o suporte para ampliar seu horizonte de percepção e conhecimento da sua individualidade gerando assim o sofrimento psicológico.

Este ponto é ampliado por Ribeiro (2015) ao mencionar como essa velhice é atravessada por fatores culturais, histórico-sociais, econômicos e familiares, o que demanda dessa população uma adaptação constante, tendo como base a redução de problemas, sejam eles de ordem, biológica, emocional, econômica ou familiar. Nos apresenta ainda que muitos estudiosos da área da psicologia pensavam o envelhecer como um objeto de comparação

exclusivo da juventude, esses estudos se limitavam pois se baseavam em apresentar o envelhecer como uma fase negativa na vida do sujeito, o que corroborava na afirmação social sobre os idosos que agora tinham a ciência para validar suas atitudes de desrespeito, discriminação, abandono entre outras violências já mencionadas anteriormente.

Percebe-se diante dessa discussão e das dispostas nos capítulos anteriores como essa população durante muitos anos e até os dias atuais estão envoltos em uma perspectiva violenta mascarada de cuidado, as instituições e figuras de poder exercem influências e prorrogam comportamentos que ameaçam a cidadania e integridade sobre o envelhecer. Ao considerarmos estes pontos e as alterações na constituição física e psicológica do sujeito idoso, a necessidade de mudar as perspectivas sócias e algumas práticas psicológicas ainda arraigadas nesse pensamento limitado se fazem importantes e indispensáveis na promoção dos direitos.

Destacando a autonomia dos idosos para com esse processo, como bem mencionado anteriormente a capacidade dos idosos de estabelecerem uma relação ativa com as diversas instituições e seus integrantes não pode ser desconsiderada, em específico pelos profissionais de Psicologia que atuam no meio público dos equipamentos de assistência ou serviços que tem em suas atribuições o trabalho junto ao cidadão na terceira idade.

Refletindo de acordo com a posição apresentada pelo Conselho Federal de Psicologia, ao apresentar como a proposta de cuidado familiar com o idoso para a preservação da autonomia se configura importante, compreende-se que o sujeito diante do envelhecer passa por uma mudança nas suas capacidades, prioridades e necessidades, demandando certos cuidados, entretanto cuidado nessa perspectiva não significa tutelar ou remeter o idoso em uma lógica de incapacidade, salvo casos onde essa autonomia não pode ser plenamente exercida, mas se caracterizam como uma rede de apoio composta por diversos indivíduos inclusive o profissional de Psicologia que utilizará de seus métodos para favorecer o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares que são constantemente elencados pelos idosos como uma demanda emocional, essa demanda preza pela qualidade das relações diferentemente da quantidade constantemente ratificada e incentivada pela sociedade (Conselho Federal de Psicologia – CRP, 2009).

Todos os atravessamentos que fazem parte do envelhecer juntamente com a perspectiva de vínculos como um dos fatores de promoção de saúde a ser utilizado pela psicologia para com esse público, configura ainda como esse fator nos equipamentos públicos são compreendidos e trabalhados, em especial no CRAS por meio do PAIF e os SCFV. Essa perspectiva apresentada

pelo CFP, a preconização dos direitos apresentada pela PNAS, e a proposta de efetivação descentralizada do SUAS corroboram para compreender o fazer psicológico no âmbito do CRAS de maneira mais específica.

A proposta de atuação psicológica no CRAS se baseia no desenvolvimento de trabalhos voltados para o coletivo na modalidade grupal por meio da interdisciplinaridade do serviço, em outros termos o profissional de psicologia atua juntamente com diferentes áreas do conhecimento, essa atuação conjunta é alinhada sob um objetivo em comum, que é promover o desenvolvimento do local abrangido característico de vulnerabilidade social. O território vulnerável é o alvo das ações do CRAS visando romper com o ciclo de pobreza e violência, o CRAS não se configura como órgão legislativo ou judiciário mas sim como parte da rede de assistência que trabalha com a prevenção das violações, ou seja, nos casos onde o direito legal é violado o profissional de psicologia deverá buscar outros serviços da rede de assistência para sanar essas possíveis demandas, o CREAS é um bom exemplo, não se limitando somente a esse serviço (CREPOP, 2008).

Outra característica importante a ser mencionada referente a essa atuação se relaciona na continuidade do serviço, entende-se que a prática clínica da psicologia tem diferentes modalidades, o ponto que chama atenção nessas modalidades é o fato que alguns processos são finalizados, interrompidos ou encaminhados, contudo no âmbito do CRAS esse processo é contínuo, os profissionais nesse sentido devem compreender a importância ética de se estabelecer o registro das informações realmente necessárias, ressaltando o código de ética do Profissional de Psicologia nessa elaboração de registro de caráter público.

O que vai de encontro com a percepção apresentada por Neves e Macêdo (2017) a respeito de como a prática psicológica no espaço do CRAS não tem demonstrado para a população idosa uma característica memorável, o que segundo os mesmos concebem a psicologia como um serviço de difícil descrição, partindo dos pontos extremos entre agregar muito para o processo grupal ou nada ser agregado ao processo, essa percepção pode sugerir que os profissionais de psicologia podem estar enfrentando dificuldades para o desprendimento dos modelos de atendimento individual ou uma própria interpretação pessoal por parte dos idosos devido a dinâmica grupal que não apresenta uma ênfase do profissional sobre as pontuações realizadas (NEVES; MACÊDO, 2017).

Essa percepção dos idosos diante da psicologia é apresentada ainda em outro estudo de Macêdo (2015), revelando que os profissionais de psicologia enfrentam dificuldades para a capacitação do trabalho referente ao CRAS, o que segundo o mesmo não diz respeito ao tempo de experiência mas de uma complexidade na eficácia das atuações em diversas modalidades e estratégias definidas por esses profissionais, em outras palavras, as atuações para esses profissionais independem do tempo de formação ou de trabalho no CRAS o que fomenta uma concepção de trabalho paliativo assistencial que em sua não desenvolve as potencialidades da população geral atendida, nesses termos a predominância do assistencialismo evoca nesse público uma percepção indiferente ou exacerbada sobre a psicologia descrita anteriormente.

Macêdo (2015) denota que além desses pontos os profissionais em sua maioria apresentam outros trabalhos por diversos motivos o que pode prejudicar a qualidade das ações planejadas e executadas no CRAS pela divisão de tempo, elencando também como a formação de psicologia no geral está estruturada em um serviço individualizante teórico de atuação que não contempla as questões da realidade social.

Ainda somado as dificuldades de atuação, a estrutura física e recursos necessários para o funcionamento do CRAS são questões pontuadas pelos profissionais em sua maioria como frequentes e limitantes, necessitando que o profissional se reinvente durante o processo para evitar maiores problemas para o público atendido, nesse ponto as teorias psicológicas apresentadas de forma individualizante na formação conferem seu grau de importância diante das demandas de acolhimento e fala das famílias e indivíduos atendidos nas visitas domiciliares ou na facilitação dos grupos (MACÊDO, 2015).

As dificuldades na atuação dos profissionais do CRAS de maneira geral esbarram diretamente nos objetivos propostos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, que são de fortalecer a proteção básica das famílias, prevenir o rompimento dos vínculos entre elas e promover os direitos de maneira abrangente (BRASIL, 2016).

O que revela também como as famílias alvos do PAIF e conseqüentemente do CRAS se encontram em perspectivas sociais limitadas que dizem respeito a diversos fatores como acesso precário a saúde, educação, moradia, em territórios violentos, sem núcleos comunitários, entre outros direitos básicos que a constituição determina (BRASIL, 2012).

Os idosos não estão excluídos dessa perspectiva, o trabalho do CRAS está voltado para o acompanhamento das famílias e seus diferentes membros incluindo os idosos. O que nesse

contexto de envelhecer apresenta uma demanda de diferentes necessidades, adjunto a inserção em um território vulnerável, além das dificuldades dos profissionais do CRAS em especial dos profissionais de psicologia em estabelecer uma atuação com base nas limitações técnico/estruturais do serviço, configura assim uma necessidade para a mudança desse cenário.

A mudança, nesses termos se configura segundo Couto (2016) como a aplicação dos termos de forma objetiva e simplificada sob o objetivo a ser alcançado, em um sentido de aplicação das leis e políticas como ferramentas que atribuam validade real na vida dos indivíduos, não obstante a isso ainda elenca a organização como imprescindível para a efetivação da legislação.

Ao fazer um paralelo com as questões apresentadas sobre os SCFV e o CRAS compreende-se como a organização do SUAS e do próprio funcionamento interno desses serviços pautam essa efetivação, entretanto as dificuldades constantemente reveladas nos mesmos termos evidenciam como esses serviços poderiam em teoria ser praticados de maneira mais abrangente e com maior qualidade, o que revela também uma expressão mínima da busca por direitos por parte dos idosos sob diversos contextos já abordados como as estruturas de poder que exercem pressões aliados a um sistema dos Conselhos do Idoso que operam de maneira vinculada a gestores de políticas que por sua vez favorecem uma desarticulação ou desorganização mediante interesses específicos.

Todos esses problemas citados estão constantemente afirmados desde os autores mais clássicos até os modernos analisados nessa pesquisa, entende-se que as políticas e serviços públicos ainda necessitam de um amadurecimento considerável para sua efetivação ideal, os moldes de política aliados aos interesses institucionais ou particulares são impasses para a Psicologia inserida no CRAS e principalmente para os idosos que demandam respeito e consideração sobre seu ser e sobre suas necessidades e capacidades livres de julgamentos, opressões e controle.

Essa perspectiva sobre a Psicologia no CRAS diante do envelhecimento é compreendida como um processo muito mais amplo do que apenas as alterações físicas, sociais e psicológicas do envelhecer, é também compreender a importância e necessidade da Psicologia de promover a mudança no meio social, o que não compete um papel de exclusividade nisso, mas sim compreender que a interdisciplinaridade do CRAS possibilita uma ampliação pouco abordada e incentivada nessa política.

Diante das presentes discussões a respeito das Implicações da Psicologia no CRAS Diante do Envelhecimento Populacional, a presente pesquisa considera a existência de uma similaridade constante nas perspectivas dos autores, não havendo divergências consideráveis a serem observadas sobre a efetivação ou eficácia dos serviços do CRAS e SCFV no processo de envelhecer, contudo as concepções referentes as dificuldades de favorecer um serviço de qualidade foi constantemente identificado na análise, evidenciando novamente a possibilidade de uma nova pesquisa sobre esse foco nas dificuldades da Psicologia nesse âmbito para algo mais amplo, compreendendo que os impasses não devem ser descartados ou omitidos, ao contrário, devem ser sim constantemente mencionados e apresentados para a devida mudança do contexto macro brasileiro de políticas públicas para idosos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo central de orientação realizar uma discussão sobre o envelhecer e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos referentes ao CRAS, ampliando ainda sobre o serviço de psicologia relacionado nesse aspecto, partindo da discussão sobre percepções sociais referentes a pessoa idosa e o envelhecer, seguindo com os direitos respectivos e políticas públicas que apresentam perspectivas diferentes sobre isso, e por fim relacionar e discutir os serviços de convivência para a população idosa no âmbito do CRAS onde a Psicologia está inserida. Para tanto, buscou-se realizar uma análise com estudos referentes a essa temática dispostos na revisão bibliográfica e discutidos posteriormente nos resultados.

Compreendendo que o objetivo geral foi devidamente contemplado e respondido, mediante a proposta de revisão de literatura e análise de conteúdo identificando assim nos materiais dispostos nos referentes capítulos da discussão. Percebe-se uma necessidade social de mudança para repensar o envelhecer nos diversos contextos sociais, de maneira mais específica o estudo identificou como a população idosa está envolta em um ambiente social que compreende e observa o envelhecer como uma parte negativa da vida apoiada principalmente por uma lógica de mercado que preconiza o corpo e mente jovem para a validação de seus produtos e serviços, ainda integrado a isso entende-se diante dos resultados como os idosos por vezes interiorizam essas perspectivas relacionadas ao aposentar como fim da utilidade pública e as violências familiares como expressões naturalizadas de um suposto cuidado.

O que é especificado diretamente no capítulo 5.1. Diante desse cenário as políticas públicas se estabelecem para modificar essa realidade, o que segundo o conteúdo analisado é por meio das leis e equipamentos públicos que essas perspectivas reducionistas da população idosa podem ser combatidas, cabendo apresentar que a punição legal não configura o foco das políticas embora não o descarte, mas sim, a mudança de paradigma sobre as percepções sociais a respeito dessa população. Considerando ainda o idoso como o principal sujeito ativo no processo de mudança, além dos membros comunitários e familiares, os conselhos do idoso, os serviços de convivência e os principais equipamentos do SUAS em especial o CRAS que é abordado de maneira mais evidente nesse estudo. Diante disso o primeiro objetivo específico “Discutir como a população idosa é compreendida no âmbito social e âmbito político-assistencial” foi devidamente contemplado

Seguindo nesse sentido a discussão realizada no capítulo 5.2 revela como os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para a população idosa configuram uma mudança considerável em sua realidade. Os estudos e análises apresentam perspectivas em comum relacionadas aos motivos que os idosos elencam para a busca do serviço juntamente com as questões trabalhadas e dificuldades enfrentadas, especificamente nos relatos de falta ou distanciamento nos relacionamentos sociais e familiares, a busca por uma qualidade de vida, o contato com uma rede de apoio, a vontade de um estreitamento dos laços familiares, além das situações de violência e preconceitos são os pontos mais evidentes diante de todos os autores abordados sobre o que motiva os idosos a buscarem os SCFV. Esses serviços passam a ser essenciais nas elevações de consciência dessa população, que ao estarem referenciados ao CRAS tem em seu auxílio o profissional de psicologia na formulação desse serviço, evidenciando as devidas atribuições nesse espaço. Diante disso compreende-se que o segundo objetivo específico “Conhecer o serviço de convivência para os idosos inseridos no CRAS” foi devidamente respondido.

Não obstante esse ponto, os SCFV referenciados ao serviço do CRAS podem passar por problemas de ordem estrutural ou de recursos humanos, evidenciado no capítulo 5.3, embora o foco do capítulo esteja alinhado a compreender como a Psicologia inserida no CRAS compreende o processo de envelhecer e se estrutura juntamente com os SCFV para proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dessa população, o conteúdo analisado revelou uma predominância de dificuldades estruturais e políticas relacionadas a esse serviço de maneira constante, essa relação constitui um aspecto não considerado nas hipóteses iniciais e demonstrou como a execução dos serviços assistenciais demandam uma mudança, a psicologia nesse âmbito da assistência e em especial no CRAS está envolta em um processo complexo de atuação.

A necessidade da ampliação dos SCFV com os demais equipamentos da rede de assistência social enfrenta ainda essa dificuldade dos serviços do CRAS e da Psicologia no processo de repensar a terceira idade, cabendo aos profissionais de psicologia uma adaptação de seus recursos teóricos alinhados com as diretrizes do CRP, leis, decretos e políticas para realizar um fazer psicológico contínuo com a melhor qualidade possível no CRAS. Entende-se então que o terceiro objetivo específico “Conhecer o serviço de convivência para os idosos inseridos no CRAS” foi contemplado e devidamente respondido.

Considera-se algumas limitações e dificuldades na pesquisa do referente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC pela presente escassez de artigos sobre os serviços de convivência para a população idosa, os conteúdos mais evidentes se tratavam de monografias baseadas em estágio ou pesquisa com o enfoque no SCFV em si eximindo os idosos dessa perspectiva, somando a esse ponto a pandemia do COVID-19 no início do processo de estruturação da pesquisa foi um dos pontos determinantes para a elaboração do projeto com enfoque bibliográfico. Conclui-se diante dos resultados que a efetivação dos serviços de convivência apresenta dificuldades atuais, contudo não apresenta uma perspectiva de mudança em um futuro próximo, necessitando uma efetivação mais abrangente do disposto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o trabalho conjunto dos equipamentos da rede do SUAS, além do trabalho dos profissionais que compõem esses setores para promover a mudança social necessária do envelhecer saudável de maneira cidadã e universal.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cláudia Núbia dos Santos. **O DESCARTE DO TRABALHADOR IDOSO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUA REUTILIZAÇÃO**: Elementos que os conduzem ao mercado informal de trabalho no município de Milagres/BA, Cachoeira-BA, 2016. Acesso em 11 de Setembro de 2021. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/handle/123456789/2051>.
- ARAÚJO, Cíntia Kroth et al. Vínculos Familiares e Sociais nas Relações dos Idosos. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, jun. 2012. ISSN 2237-048X. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/2868>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília-DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília-DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 08 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Violência contra a pessoa idosa: vamos falar sobre isso? Perguntas mais frequentes sobre direitos das pessoas idosas** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARVALHO, Yara Maria Vieira de. A atenção à pobreza no Brasil. In: CARVALHO, Yara Maria Vieira de. **DESAFIOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) PARA IDOSOS DE ACORDO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. UNB, Brasília-DF, 2017. p. 21-24.
- CATÃO, Fátima Fernandes; ROCHA, Kátia Karolina Rodrigues. Políticas públicas e direitos humanos por idosos em serviço de convivência. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v.25, n.2, p. 909-923, ago. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000200033&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 out. 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Envelhecimento e subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social**. Brasília, DF, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

COUTO, Eduardo Camargos. O QUE FAZER PARA CONCRETIZAR A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO? In: **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Cap. 23. p. 573-589. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161006_livro_politica_nacional_idosos.PDF. Acesso em: 02 out. 2021.

CREPOP. **Referências Técnicas para a atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**, Brasília - DF, 2008.

FAGUNDES, Dienefer. **Idosos em situação de vulnerabilidade social: Uma análise do processo de intervenção da estagiária de serviço social no CRAS de SOBRADINHO - RS**. 2017. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz do Sul - RS, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/1717>. Acesso em: 17 out. 2021.

FERREIRA, A. P; TEIXEIRA, S. M. (2014). Direitos da pessoa idosa: desafios a sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**, 6(1), 160–173. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v6i1.7486>

FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2016.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agência de Notícias IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias.html>. 2021. Acesso em 25 abr. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos#:~:text=Extrema%20pobreza%20atinge%2013%2C5,anos%20%7C%20Ag%C3%AAnc%20de%20Not%C3%ADcias%20%7C%20IBGE.2019>. Acesso em 25 abr. 2021.

JESUS, Isabela Thais Machado de et al. Fragilidade de idosos em vulnerabilidade social. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2017, v. 30, n. 6 [Acessado 17 Outubro 2021], pp. 614-620. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0194201700088>>. ISSN 1982-0194. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201700088>.

MACÊDO, Orlando Júnior Viana et al. Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2015, v. 35, n. 3 [Acessado 3 Novembro 2021], pp. 809-823. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001632013>>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001632013>.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, K. D.; SANTOS, E. F.; CAROLINO, L. N.; **Integração da pessoa idosa: Política Públicas relacionadas e atuação do CRAS de Redenção-PA na inserção do idoso em programas de proteção social.** Libertas (UFJF, Online), v. 15, 2015.

MEDEIROS, Janine. **O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS:** a percepção das famílias. 2016. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169853>. Acesso em: 24 maio 2021.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 4. Ed. São Paulo. Cortez, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: o avesso de respeito à experiência e à sabedoria. In: **Violência contra idosos: o avesso de respeito à experiência e à sabedoria.** 2005. p. 48-48.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA. In: **Política nacional do idoso: velhas e novas questões.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Cap. 18. p. 435-456. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28693. Acesso em: 02 out. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004:** Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília-DF, 2005. Disponível: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf f. Acesso em: 15 abr. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Proteção Social. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas Orientações Técnicas,** Brasília-DF, 2012. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/09/orientacoes-tecnicas-do-scfv-para-pessoas-idosas.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento de Proteção Social Básica (DPSB). **Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).** Brasília-DF: MDS, 2017.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos.** Brasília-DF: MDS, 2017.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, **Orientações técnicas sobre o PAIF.** Brasília-DF: MDS, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Sistema Único de Assistência Social (SUAS),** Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília-DF, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília-DF: MDS, 2009. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livro%20Tipificaca%20Nacional%20-%202020.05.14%20%28ultimas%20atualizacoes%29.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MOURA, Maria Martha Duque de. VERAS, Renato Peixoto. Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência. Physis: **Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2017, v. 27, n. 01 [Acessado 6 Junho 2021], pp. 19-39. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000100002>. ISSN 1809-4481.

NETO, Claudio Alves Vaccarezza. **Envelhecer faz Parte do Tempo: o envelhecimento no recôncavo baiano, um olhar sobre Muritiba**. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira - BA, 2016. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/handle/123456789/2063?mode=full>. Acesso em: 30 set. 2021.

NEVES, Juliete Freitas; MACÊDO, Orlando Júnior Viana. ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO CRAS JUNTO AOS IDOSOS. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, v. 1, n. 4, p. 119-134, abr. 2017. Disponível em: https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_14/Trabalho_09.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 mai. 2021.

Organização Mundial Da Saúde – OMS. **Coronavirus disease (COVID-19): Risks and safety for older people**, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19-risks-and-safety-for-older-people>. Acesso em: 16 abr. 2021.

PAULA, Marcos Ferreira de. Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2016, n. 126 [Acessado 29 Setembro 2021], pp. 262-280. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.068>>. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.068>.

PONTES, Samira. **O impacto do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no processo de inclusão social de idosos**. 2017. 100 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Alto do Rio do Peixe - Uniarp, Caçador, 2017. Disponível em: <http://extranet.uniarp.edu.br/acervo/Biblioteca%20Digital%20PDF/Servi%C3%A7o%20Social/TCC/O%20impacto%20do%20servi%C3%A7o%20de%20conviv%C3%Aancia%20e%20fortalecimento%20de%20v%C3%ADnculos%20no%20processo%20de%20inclus%C3%A3o%20social%20de%20idosos.%20Samira%20Pontes.%202.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

RIBEIRO, Priscila Cristina Correa. A psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 8, n. spe, p. 269-283, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 jun. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, Cirlene Francisca Sales. DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Violência Contra Idosos na Família: Motivações, Sentimentos e Necessidades do Agressor. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2016, v. 36, n. 3 pp. 637-652. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1982-3703001462014>>.

ISSN

1982-3703.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703001462014>. Acesso em 02 out. 2021

SILVA, Leilce Patrícia do Rosário; SANTOS, Maria de Nazaré de Souza; SANTOS, Laira Vasconcelos dos. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência Zoé Gueiros em Belém/PA**, 13 out. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180111>. Acesso em: 05 jun. 2021.

WICHMANN, Francisca Maria Assmann et al. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia** [online]. 2013, v. 16, n. 04 [Acessado 6 Junho 2021], pp. 821-832. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232013000400016>. ISSN 1981-2256.